



Plenário aprova trem-bala entre Rio e Campinas

Base de apoio ao governo vence duelo com oposição por 44 votos a 17 e aprova relatório da senadora Marta Suplicy após intenso debate

Moreira Moritz/Senado Federal



Votação do projeto que viabiliza trem-bala gerou novo duelo em Plenário entre oposição e governistas

Em mais um forte embate entre senadores governistas e da oposição, o Plenário do Senado aprovou ontem a proposta que viabiliza a construção do primeiro trem de alta velocidade (TAV) do país. O Projeto de Lei de Conversão 7/11, proveniente da

MP 511/10, autoriza financiamento de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o chamado trem-bala, que deverá ligar Rio de Janeiro a Campinas, passando por São Paulo, em um percurso total de 511 quilômetros. **3**



José Varella/Senado Federal

Sarney recebe relatório de Dornelles, diante dos membros da comissão

Propostas de reforma política serão apresentadas em maio

Até 20 de maio, deverão ser apresentados os vários projetos de lei resultantes do trabalho da Comissão de Reforma Política, que ontem entregou ao presidente do Senado, José Sarney,

o relatório final de seus 45 dias de trabalho. Francisco Dornelles previu que os 15 itens sugeridos deverão tramitar em propostas específicas de lei e de emenda à Constituição. **2**

Fundações têm área de ação ampliada **5**

Debate sobre direitos de TV no futebol **7**

Lei exige dieta saudável nas escolas **8**

CCJ discutirá tragédia em escola do Rio **6**

Moreira Moritz/Senado Federal



Senadores Casildo Maldaner e Jayme Campos, durante a reunião da CAS

Motéis podem ser obrigados a dar preservativo a clientes

Motéis, hotéis, pousadas e pensões podem ser obrigados a fornecer, gratuitamente, preservativos e folhetos educati-

vos sobre doenças sexualmente transmissíveis, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. **8**

Decisão sobre tramitação de MPs é adiada

Proposta do senador Aécio Neves para que as medidas provisórias só entrem em vigor após aprovação de admissibilidade pelo Congresso mo-

tivou pedido de vista coletivo encabeçado pela liderança do governo e adiou para quarta-feira votação do projeto que altera rito de MPs. **5**



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Romero Jucá (E) encaminha contra parecer de Aécio Neves, texto que, para governistas, inviabiliza instituto das MPs

José Varella/Senado Federal



Sarney agradece esforço dos senadores da comissão: "Reforma não vai parar porque esse é o desejo do Senado"

Projetos de lei da reforma política saem até 20 de maio

Comissão entregou ontem ao presidente José Sarney o relatório final com as 15 deliberações aprovadas. Algumas sugestões podem tramitar em regime de urgência

AS MUDANÇAS NAS regras eleitorais aprovadas pela Comissão de Reforma Política deverão tomar a forma de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PECs) até o dia 20 de maio. A decisão consta de ato assinado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, durante a entrega do relatório final da comissão.

Sarney agradeceu ao presidente da comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), e aos demais integrantes pelo esforço para concluir os trabalhos no prazo de 45 dias.

– A reforma política não vai parar. Ela vai andar pela nossa determinação, pela determinação do Senado – garantiu.

Dornelles previu que os 15

itens aprovados na comissão resultarão em proposições específicas, mudanças na Constituição ou na lei eleitoral, por exemplo.

Sarney poderá, em alguns casos, propor regime de urgência, para apressar o exame dos textos diretamente pelo Plenário, sem passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Não há um único senador da comissão que concorde com todas as propostas aprovadas. Talvez exista aquele que discorde de todas, mas todas elas foram acolhidas pela maioria – comentou o senador Dornelles.

Sete decisões tratam de regras eleitorais gerais: voto obrigatório, financiamento público de campanha, candidatura avulsa,

prazo mínimo de um ano para filiação partidária e domicílio eleitoral, e ratificação das regras atuais de fidelidade partidária e de cláusula de desempenho.

A comissão também aprovou a adoção do voto proporcional com lista fechada para eleição de vereadores, deputados estaduais e federais, com consulta popular sobre esse sistema; cota para mulheres na lista de candidatos; e fim das coligações partidárias.

As quatro outras decisões foram o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos, que teriam mandato de cinco anos; mudança nas datas da posse – 10 de janeiro para prefeitos e governadores e 15 de janeiro para presidente – e nas regras de suplência para senador.

Parlamentar cassado pode perder aposentadoria

O parlamentar que tiver seu mandato cassado ou que renunciar para evitar processo de cassação ficará impedido de receber benefício previdenciário previsto na legislação do antigo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A regra consta de projeto (PLS 329/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em princípio, a norma só atingiria parlamentares com mandatos e

que já usufruíam de benefícios do plano previdenciário, desativado em 1997. No entanto, devido a emenda que já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também será possível cassar aposentadoria já concedida pelo IPC a ex-parlamentar.

Essa segunda hipótese se aplicará a ex-deputado ou ex-senador que venha a ser condenado em sentença definitiva por prejuízo causado aos cofres públicos, por ato ou omissão

cometida durante o mandato. A emenda foi apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Simon considera inaceitável que um parlamentar com mandato cassado, ou que tenha renunciado para fugir da cassação, possa usufruir de aposentadoria sem ter correspondido ao que dele se espera: um comportamento de respeito à coisa pública. O relator, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que a iniciativa é coerente com tudo o que Simon sempre defendeu.

José Varella/Senado Federal



O presidente José Sarney recebeu ontem um grupo de integrantes da Comissão de Relações Exteriores do Senado da França, que veio tratar das relações comerciais e diplomá-

ticas com o Brasil. No encontro, o presidente do colegiado francês, Josselin de Rohan, ressaltou a parceria dos dois países e destacou as qualidades do caça francês Rafale, um

dos que disputam a venda de aeronaves para a Força Aérea Brasileira. "O Rafale é um caça extremamente polivalente e já está em atividade na Líbia", disse Rohan.

Pimentel lembra os 285 anos da capital cearense

José Pimentel (PT-CE) lembrou, em discurso, os 285 anos da cidade de Fortaleza, completados ontem. O senador ressaltou que a cidade é a sexta mais populosa do Brasil, com 3,6 milhões de habitantes, e disse que, apesar de seus problemas, há muito a festejar.

Segundo Pimentel, a prefeita Luizianne Lins (PT), em conjunto com os governos federal e estadual, optou por se dedicar a obras e serviços voltados para os mais humildes, além de realizar reformas estruturantes para enfrentar problemas históricos da cidade.

O senador assinalou que, na área da educação, a prefeitura vem investindo na qualidade do sistema municipal de ensino. Ele disse que Fortaleza possui a terceira maior rede pública de ensino do país, atrás apenas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Inácio Arruda elogia população de Fortaleza

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou o aniversário de Fortaleza, que ontem completou 285 anos. Depois de ler versos do hino do município, o senador elogiou a força dos cearenses, mas lamentou que a capital seja a cidade brasileira com maior concentração da riqueza.

De acordo com Inácio Arruda, a gente pobre de Fortaleza hoje estaria em situação ainda mais grave se não fossem os "investimentos sem igual" realizados no governo Lula e que devem ser mantidos por Dilma Rousseff.

O senador comparou ainda a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de Belo Horizonte – R\$ 500 milhões –, e da capital cearense – R\$ 150 milhões –, valor que não assegura sequer a manutenção do maior hospital de emergência da capital.



José Pimentel



Inácio Arruda

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão deliberativa

14h Na pauta, requerimento pedindo que o PLS 561/09 seja analisado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Presidência Comemoração dos seis anos de Bento 16

11h30 O senador José Sarney recebe o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Dácio Vieira; às 16h, preside a ordem do dia; às 19h30, participa da celebração do sexto aniversário do pontificado do papa Bento 16, na sede da Nunciatura Apostólica.

CRA Defensivo agrícola genérico

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto sobre defensivo agrícola genérico e requerimentos para audiência pública.

CI Recondição de diretor da Anac

9h Mensagem da Presidência da República reconduzindo Cláudio Passos Simão ao cargo de diretor da Anac na pauta da Comissão de Infraestrutura.

Drogas Debate sobre o uso do crack

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outras Drogas, que integra a CAS, promove debate sobre o uso disseminado do crack. Entre os convidados, a secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, e o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra.

CDH Pessoas com deficiência

9h A Comissão de Direitos Humanos analisa proposições que ampliam benefícios a pessoas com deficiência.

CRE Indicações para nove embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores examina indicações para embaixadas no Principado de Mônaco, Maldivas, Reino do Butão, Zâmbia, Estônia, Djibuti, Malta, Cingapura e Belarus. Analisa também pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP) de voto de apoio à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Deficiência Plano de trabalho de subcomissão

11h30 Definição do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da CAS.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Dornelles diz que empreendimento é estratégico

Ao defender a aprovação da medida provisória que autorizou financiamento do BNDES ao consórcio encarregado de implementar o trem-bala entre as cidades de Campinas (SP) e do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que o projeto é estratégico para melhorar o transporte de passageiros, não só entre Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em outras regiões, graças à transferência de parte dos atuais usuários de transporte aéreo.

– A linha vai atender à demanda de transporte público de uma área que concentra três dos mais importantes municípios do país, 20% da população e que é responsável por um terço do PIB brasileiro. Toda essa região estará ligada por um meio de transporte seguro, veloz e com baixa emissão de poluentes. Estima-se



Francisco Dornelles: área a ser atendida concentra 20% da população brasileira

que até 40 milhões de passageiros poderão ser transportados, a cada ano, pelo trem de alta velocidade – argumentou.

Dornelles disse que, ao contrário do que vem sendo argumentado pelos opositores do projeto, o investimento não prejudicará outras iniciativas na área de transportes, para as quais já estão previstos R\$ 100 bilhões no Orçamento da União. Ele afirmou que é dever do Estado promover a integração nacional e a oferta de transporte público “moderno, competente e competitivo”.



Cassol lembra que projetos desse tipo costumam estourar o orçamento

Ivo Cassol teme estouro do valor inicial do projeto

Ivo Cassol (PP-RO) se disse preocupado com o valor a ser investido na implantação do trem-bala. Segundo o senador, a experiência internacional mostra que, em geral, as despesas são maiores que a previsão inicial com as obras desse tipo de transporte.

– O projeto executivo não existe; só existe, na verdade, o projeto básico no papel. Pela experiência de outros países, em 258 obras de tal magnitude, mais de 240 obras estouraram seu orçamento em mais de 40% do valor contratado – alertou.

Ao lembrar a realização de audiência pública na terça-feira para discutir a MP, Ivo Cassol registrou que, apesar de fazer parte da base do governo e de trabalhar para dar à presidente Dilma Rousseff condições de colocar em prática projetos de interesse nacional, considera o valor alto em uma época de cortes no Orçamento.

Alto custo da obra preocupa Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a MP do Trem-Bala chegou ao Senado “com graves limitações de tempo para discussão”, já que sua validade venceria no domingo.

Para Lúcia Vânia, o trem-bala pode trazer vários benefícios, como no campo ambiental, na capacitação da engenharia nacional e no aumento da visibilidade internacional do país. O que preocupa é a engenharia financeira, disse. Lúcia Vânia lembrou que, do custo total de R\$ 34,6 bilhões, a União vai entrar com R\$ 3 bilhões diretamente e o BNDES vai financiar até R\$ 20 bilhões.

Para a parlamentar, “ainda não é o momento para um investimento dessa envergadura”, pois o Brasil sofre com necessidades mais urgentes.

– Trem-bala é um delírio, um escárnio com o povo brasileiro espremido nos transportes públicos desse país – protestou.



Engenharia financeira por trás da obra preocupa senadora Lúcia Vânia

Após longo debate, Senado aprova MP do Trem-Bala

Medida autoriza o BNDES a financiar até R\$ 20 bilhões para a implantação do trem de alta velocidade, que ligará Campinas ao Rio de Janeiro, passando pela capital paulista

DEPOIS DE MAIS de cinco horas de discussão, o Senado aprovou ontem, por 44 votos a 17, a Medida Provisória 511/10, que autoriza o financiamento de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implantação do trem de alta velocidade (TAV), mais conhecido como trem-bala e que ligará as cidades de Campinas e Rio de Janeiro, passando pela capital paulista.

A matéria, aprovada na forma de projeto de lei de conve-

são (PLV 7/11) elaborado pela Câmara dos Deputados, vai à sanção. O projeto também determina a criação da Empresa de Transporte Ferroviário do Trem de Alta Velocidade (Etav), vinculada ao Ministério dos Transportes. A criação da empresa por meio de medida provisória gerou protestos da oposição.

A relatora, senadora Marta Suplicy (PT-SP), afirmou que a construção do TAV simboliza o ápice da retomada dos investimentos federais no modal

ferroviário brasileiro, “tão abandonado”. Para Marta, a obra se associa ao conjunto de projetos voltados ao transporte de cargas com prioridade no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Ele é parte de grandes investimentos, principalmente em transporte, que visam garantir as condições para que o nosso país possa fazer frente aos desafios deste século.

A MP precisaria ser votada até amanhã, já que a sua validade venceria no domingo.



Marta Suplicy lê relatório diante da rota do TAV: obra simboliza o ápice da retomada do investimento federal em ferrovias

Base destaca qualidades do investimento

Os senadores da base do governo foram elementos na defesa da oportunidade e importância da construção do trem-bala. Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que, ao contrário do que disseram alguns opositores, os trens de alta velocidade não são deficitários e os sistemas japonês e coreano demonstram isso. Gleisi Hoffmann (PT-PR), por sua vez, disse que as operações do BNDES “vêm registrando lucros recordes”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, é favorável à obra. Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), investir no trem vai evitar os prejuízos causados por acidentes nas rodovias que ligam São Paulo e Rio de Janeiro. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) argumentou que o trem-bala é menos poluente que o avião, enquanto Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comparou a construção do trem à de Brasília, também muito criticada à época. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu uma desconcentração regional dos investimentos.

Crítica oposicionista aponta falhas legais

Ao criticar a medida provisória, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), citou interpretação do Ministério Público Federal (MPF) sobre o artigo 37 da Constituição, estabelecendo que a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) só pode ser criada por meio de projeto de lei com objetivo específico, cabendo a lei complementar definir suas áreas de atuação.

Por sua vez, Demóstenes Torres (GO), líder do DEM, disse que desde 2007 o Supremo Tribunal Federal vem apreciando ações diretas de inconstitucionalidade que envolvem MPs que abrem créditos suplementares ou especiais “travestidos de crédito extraordinário” e as tem julgado inconstitucionais.

Também criticaram a MP do Trem-Bala os senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP), Itamar Franco (PPS-MG), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aécio Neves (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Roberto Requião (PMDB-PR), José Agripino (DEM-RN), Pedro Taques (PDT-MT), Kátia Abreu (DEM-TO), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Eunício pede melhoria para estradas federais



Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que a precária situação das estradas de rodagem federais do Ceará, em especial as BRs 116, 222 e 020, prejudica gravemente os setores produtivos do estado. Além disso, segundo o senador, só em abril houve 70 acidentes em rodovias federais do Ceará, que resultaram em seis mortos e 40 feridos. Em aparte, Cyro Miranda (PSDB-GO) reclamou também da situação das rodovias federais em Goiás.

Bauer cobra conclusão das obras na BR-101

Paulo Bauer (PSDB-SC) informou sua participação – ao lado da bancada federal catarinense, do governador Raimundo Colombo e de outras autoridades – em audiência no Ministério dos Transportes, para cobrar do governo a conclusão da duplicação da BR-101. Paulo Bauer informou que a obra em Santa Catarina foi licitada em 2004, mas até hoje, mesmo tendo sido aplicados recursos públicos da ordem de R\$ 700 milhões, não foi concluída.



Dia da Liberdade de Imprensa é data sugerida para decisão do Plenário sobre projeto que assegura ao cidadão direito de conhecer dados e documentos em poder do Estado

Acesso a informações pode ser votado no dia 3 de maio

O PROJETO DE Lei da Câmara (PLC) 41/10, que regula o direito dos cidadãos de acesso à informação, poderá ser votado no Plenário em 3 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. A previsão foi feita pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), durante audiência pública conjunta ontem com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Em reunião da CCT logo após a audiência, Pinheiro apresentou voto favorável ao projeto, que deverá ser colocado em votação na próxima semana. Ele alertou, porém, para a necessidade de buscar solução para a redação do dispositivo que estabelece a criação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que poderia ser considerada inconstitucional – uma vez que caberia a cada um dos três Poderes adotar os procedimentos necessários de forma independente.

– O maior problema é a modelagem para a constituição e o funcionamento da comissão mista. A ideia em estudo seria a de separar as comissões dos três Poderes. Não temos como obrigar os três Poderes a se reunirem em uma só comissão – ponderou.

O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, disse que a aprovação do projeto resolverá uma “dívida do país com a sociedade”. A garantia de transparência nas informações do Estado, observou, será o “melhor antídoto contra a corrupção”.

O ministro explicou ainda que o projeto estabelece regras



Eduardo Braga (2º à direita) disse que medida é essencial contra a corrupção

e prazos para atendimento de pedidos de informação e sanções para o descumprimento das solicitações. Ele pediu tramitação rápida para a proposta, a fim de permitir que “nosso país saia da posição de certo constrangimento no contexto internacional”.

O chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, afirmou que o projeto é compatível com o desejo do Itamaraty de “deixar de ser meramente passivo para entrar em uma fase de disseminar perante a sociedade o acervo de que tem guarda e gestão”. Apenas no Rio de Janeiro, relatou, existem na sede local do ministério mais de 50 milhões de documentos sobre fatos ocorridos entre 1808 e 1960, ano da transferência da capital.

Após ouvir os debatedores, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, observou que o “acesso à informação é fundamental para ter mais controle da corrupção”.



Relatório de Walter Pinheiro foi lido ontem e será votado na semana que vem

CI fará articulação com Fórum de Secretários de Energia

A presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o vice, Blairo Maggi (PR-MT), aceitaram proposta do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia para integrar a entidade com a comissão. Eles se reuniram com o presidente do fórum, José Anibal, secretário de Energia de São Paulo, e com secretários de outros sete estados.

Lúcia Vânia falou sobre as

possibilidades de articulação com os secretários estaduais, que serão convidados para acompanhar os debates na área de energia.

A senadora considera que a CI poderá contribuir para melhorar o diálogo entre os governos estaduais e o Executivo federal, no momento em que os secretários buscam apoio do Congresso para ampliar a participação dos estados na definição de políticas voltadas ao setor.

CDR vai debater universalização da banda larga

A universalização dos serviços da internet banda larga será tema de debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A iniciativa foi da senadora Ana Amélia (PP-RS), que quer saber por que a internet no Brasil é cara e lenta e por que a banda larga só chega a 21% dos domicílios.

– Promover a qualidade da prestação de serviços de internet nas localidades distantes dos grandes centros é fornecer competitividade aos municípios na atração de investimentos. As condições de comunicação são determinantes para empresas que procuram novos locais para expandir seus negócios, gerando renda e emprego – explicou.

Serão convidados ao debate os presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Mota Sardenberg; da Oi, Luiz Eduardo Falco; do Grupo Telefônica, Antonio Carlos Valente; da Embratel, José Formoso Martínez; e da Telebrás, Rogério Santana dos Santos.

Também serão convidados o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez, e um representante dos consumidores, que poderá ser do Internet Data Center (IDC) ou do Intervezes (Coletivo Brasil de Comunicação Social).

PNDR

Outra audiência aprovada pela CDR avaliará a Política Nacional de Desenvolvimento Regional com os ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, e do Planejamento, Miriam Belchior. A sugestão foi do senador Armando Monteiro (PTB-PE).

A Comissão de Desenvolvimento Regional decidiu ainda que participará, com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da organização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de 2014.

Vanessa destaca acordos firmados por Dilma na China

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem os resultados obtidos pela presidente Dilma Rousseff em sua viagem à China, onde assinou 22 acordos e conseguiu US\$ 120 milhões em negócios e mais US\$ 13 bilhões em investimentos, sendo US\$ 12 bilhões da indústria de alta tecnologia Foxconn, que prevê transferência de parte da tecnologia de produção de componentes eletrônicos, telas e tablets.

– Precisamos melhorar as



Vanessa quer melhoria nas relações

relações comerciais com a China, porque enquanto a China exporta para o Brasil produtos acabados e de alto valor agregado, para eles nós mandamos commodities como soja e carne de frango. Precisamos mudar um pouco esse tipo de parceria para uma de transferência de tecnologia concreta de ambos os lados – afirmou.

Marta comemora avanços do governo na área econômica

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) destacou ontem que o déficit nominal das contas públicas nos primeiros meses do governo da presidente Dilma Rousseff, de 2,4% do produto interno bruto (PIB), é menor que o de outros países, como os Estados Unidos (10,6%), a Inglaterra (10,4%) e o Japão (9,5%).

– É verdade que parte desse excepcional resultado se deve ao aumento da receita pública. E o governo não tem por que se envergonhar disso. Afinal, no mesmo período do ano passado, ele não se omitiu e pôs em curso uma série de importantes medidas contracíclicas responsáveis pela rápida retomada da economia.

Lindbergh rebate crítica ao governo Lula por inflação

Lindbergh Farias (PT-RJ) rebateu as acusações da oposição de que a inflação enfrentada agora pelo Brasil teve origem nos gastos do último ano do governo Lula.

Para o senador, que analisava a inflação nos cem primeiros dias do governo da presidente Dilma Rousseff, essa alegação “não tem fundamento”, já que o problema ocorre em todo o mundo.

– Houve uma clara altera-



Lindbergh: inflação em todo o mundo

ção na conjuntura econômica internacional: desvalorização crescente da moeda chinesa, da moeda americana, problema do câmbio e um problema inflacionário no mundo inteiro, com a elevação do preço internacional das commodities.

Marinor defende demandas dos servidores públicos

Em apoio aos servidores públicos, que ontem realizaram manifestação em Brasília, a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu as demandas da categoria, como a negociação coletiva.

A inexistência desse tipo de negociação no serviço público tem aprofundado as diferenças salariais entre as carreiras típicas de Estado e as demais

categorias de servidores, analisou a senadora.

Marinor Brito também apoiou a reivindicação de isonomia entre as carreiras do serviço público federal, com a criação de tabela salarial única, apresentando gratificações idênticas para todos e paridade de vencimentos entre servidores da ativa, aposentados e pensionistas.

Mozarildo pede a Dilma nomeação de juiz para TRE

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou o fato de que o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) esteja com sua composição incompleta, o que o impede de terminar o julgamento de ação contestando a eleição do governador José de Anchieta Júnior. O senador disse que a indicação cabe à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele pediu à presidente Dilma Rousseff que faça a nomeação.



Mozarildo: julgamentos parados

Segundo Mozarildo Cavalcanti, a impossibilidade de julgar os embargos apresentados pelo governador gera na sociedade “uma sensação de que a Justiça Eleitoral do estado estaria de alguma forma mancomunada com o governador, o que não procede”.

Educação deve ser prioridade, diz Claudino



Apenas 13,8% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão matriculados em faculdades, informou o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) ao defender que a educação deveria ser prioridade no Brasil.

– Infelizmente, esse índice é menor do que o de países como México, Chile ou até mesmo a Turquia – lamentou Claudino, para quem educação de qualidade favorece o acesso ao emprego e aumenta a capacitação profissional.

Geovani Borges quer mais pré-escolas

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu ontem em Plenário a necessidade de mais pré-escolas para atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. O parlamentar manifestou sua preocupação com as mulheres de baixa renda, especialmente as que são vítimas de violência doméstica, que “dependem financeiramente de seu alzo” e não têm condições financeiras de pagar uma creche.



Relatório de Aécio Neves sobre PEC das MPs adia votação

A possibilidade de uma medida provisória (MP) ser anulada por decisão do Congresso antes mesmo de começar a produzir efeito levou ao adiamento da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre proposta de emenda à Constituição do senador José Sarney (PMDB-AP). A mudança na PEC 11/11 foi proposta em texto do relator, Aécio Neves (PSDB-MG), e causou polêmica.

– Esse substitutivo inviabiliza totalmente o instituto das MPs. Quem apresenta um substitutivo como esse não espera ser governo no futuro – provocou José Pimentel (PT-CE).

O senador defendeu a PEC de Sarney, que condiciona a perda de eficácia das MPs a sua não

conversão em lei pelo Congresso 120 dias após ser editada.

Já o substitutivo de Aécio – que aproveitou o teor de emenda de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e trechos da PEC 8/11, de Paulo Bauer (PSDB-SC) – determina que, para ter força de lei, a MP precisará ter sua admissibilidade aprovada por comissão mista permanente. Aécio rechaçou que seu texto seja fruto de disputa com o governo.

– Estou seguro de estar mantendo a prerrogativa para o presidente editar MPs – disse.

A votação foi adiada para a próxima quarta-feira após pedido de vista coletiva capitaneado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).



Aécio Neves (D) nega que seu parecer tenha sido inspirado por disputa política

Aécio propõe que MP só possa valer se aprovada por comissão

O substitutivo de Aécio Neves à PEC 11/11 cancela a vigência imediata das medidas provisórias, que passariam a ter força de lei apenas depois de uma comissão mista permanente aprovar sua admissibilidade, em até três dias úteis após a publicação.

Um quarto dos parlamentares poderia recorrer da decisão ao Plenário do Congresso, que, então, teria três dias úteis para analisar o recurso. Este seria considerado desprovido se não examinado no prazo.

No caso de a comissão não cumprir as exigências e prazos, a atribuição de analisar

a MP passaria ao Plenário do Congresso. Se essa instância também não decidisse, a medida seria declarada inadmitida e, seu conteúdo, transformado em projeto de lei com tramitação em regime de urgência.

Quando o Executivo editasse uma MP no recesso do Congresso, a apreciação da admissibilidade ficaria a cargo da Comissão Representativa.

Aécio ainda alterou os prazos para declaração da perda de eficácia de MP: a Câmara teria 60 dias e o Senado, 50; e depois a Câmara teria mais dez dias para examinar eventuais emendas do Senado.



Unício Oliveira preside reunião da CCJ: como decisão de ontem foi terminativa, se não houver recurso, projeto vai à Câmara

CCJ aprova ampliação de atividades das fundações

Proposta relatada por Marcelo Crivella também prevê a possibilidade de que o trabalho dos diretores dessas entidades ou de associações sem fins lucrativos seja remunerado

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a ampliação do rol de atividades desenvolvidas pelas fundações e a possibilidade de remunerar o trabalho de seus dirigentes. A proposta (PLS 310/06) já havia sido aprovada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) e seguirá direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O substitutivo apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) à CCJ difere ligeira-

mente do elaborado pelo mesmo parlamentar para a CAE. O relator manteve o teor de cinco emendas aprovadas pela CAE e pela CE, mas, por recomendação da Associação dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, cortou outras duas emendas acolhidas anteriormente.

Ao seguir essa orientação, Marcelo Crivella optou por não mais permitir que bens insuficientes para constituir uma fundação sejam incorporados ao patrimônio de uma associação, ainda que sem fins lucrativos. O argumento

usado pela associação é que essa transferência poderia favorecer o desvio de patrimônio em favor de associações civis que defendem interesses particulares, e não coletivos.

“Ao permitir a incorporação de tais bens ao patrimônio de uma associação, ainda que sem fins lucrativos, abre-se a porta à fraude e ao locupletamento ilícito dos associados, pois os atos de alienação das associações não pertencem à esfera de fiscalização do Ministério Público”, afirmou Marcelo Crivella no parecer ao PLS 310/06.

Remuneração de diretores será a de mercado

O relator Marcelo Crivella também aproveitou, em sua proposta na CCJ, para ampliar um pouco mais o leque de atividades prestadas pelas fundações. Assim, incluiu segurança alimentar nutricional; promoção do desenvolvimento sustentável; pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias alternativas; habitação de interesse social ao lado das já contempladas assistência social, cultura, educação, saúde; entre outras.

Outra inovação do relator foi deslocar para a Lei 12.101/09, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência

social, emenda aprovada pela CAE e CE que possibilita a remuneração de diretores de fundações ou associações sem fins lucrativos de interesse social.

Para gozar do benefício, esses dirigentes terão de atuar na gestão executiva e receber um valor fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade – ouvido também o Ministério Público – e equivalente ao praticado no mercado.

Durante o debate, os senadores José Pimentel (PT-CE), Francisco Dornelles (PP-RJ), Marta Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defenderam

sua aprovação. Aloysio Nunes chegou a sugerir emenda – acatada pelo relator – para inserir no texto a expressão “respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado” no trecho relativo à remuneração dos dirigentes das fundações. O único a discordar da proposta foi o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para quem a gestão dessas fundações deveria permanecer na alçada do poder público.

Na próxima reunião da CCJ, o substitutivo ao PLS 310/06 será submetido a um turno suplementar de votação.

PCdoB faz 7º Encontro Nacional

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou a realização do 7º Encontro Nacional do Partido Comunista do Brasil de amanhã a domingo, na Universidade Nove de Julho, em São Paulo.

O encontro, disse o senador, vai examinar a estrutura partidária e seu funcionamento em todas as áreas. A posição a ser adotada pelo partido nas eleições municipais de 2012 também estará em discussão.

– Será uma eleição bem mais ativa do que todas as outras das quais o partido já participou – afirmou o senador.

Para Inácio Arruda, o encontro vai permitir entender os obstáculos que estão à frente

da legenda e “como um partido socialista se liga ao desejo de ter um país próspero”.

– Vamos debater como um partido arrojado pode contribuir nas batalhas políticas que o nosso país vivencia – declarou.

Audiência pública a ser marcada pode ter a presença do diretor da Escola Municipal Tasso da Silveira, onde na semana passada um ex-aluno matou a tiros 12 estudantes

CCJ realiza debate sobre o massacre em escola do Rio



Proposta de debate sobre violência nas escolas foi de Marcelo Crivella

O MASSACRE OCORRIDO na escola carioca Tasso da Silveira na última semana, em que um ex-aluno matou 12 estudantes e feriu mais de 20, será discutido em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O debate aprovado ontem pelos membros da comissão abordará, de forma geral, a questão da segurança nas escolas, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como: porte de armas, tráfico de entorpecentes, *bullying*, corrupção de menores, atentado violento ao

pudor e consumo de bebidas alcoólicas. O requerimento do senador Marcello Crivella (PRB-RJ) recebeu apoio de vários parlamentares.

O diretor da Escola Municipal Tasso da Silveira está entre os convidados para debater o tema. Também deverão ser ouvidos representantes do Ministério Público do Distrito Federal e dos ministérios da Justiça e da Educação, bem como os secretários de segurança pública do Distrito Federal, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Ceará.

Comissão acolhe alteração de Estatuto da Advocacia e da OAB

A Lei 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), poderá ser alterada para esclarecer a competência do Conselho Federal e permitir a criação de câmaras ou turmas pelos conselhos seccionais para julgamento, em grau de recurso, de questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina. É o que prevê proposta aprovada ontem pela CCJ, em decisão terminativa, e que segue para análise da Câmara.

O projeto (PLS 127/08), apresentado por José Sarney (PMDB-AP), foi alterado pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), com base em sugestões do Conselho Federal da OAB.

Uma dessas sugestões confere,

ao conselho seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, o poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB. Mas quando as consequências da infração ou suas repercussões à dignidade da advocacia ultrapassarem a base territorial do seccional em que ocorreu a falta, o Conselho Federal, de ofício ou mediante solicitação de qualquer seccional, poderá instaurar, processar e julgar o processo disciplinar. Nesse caso, o conselho poderá suspender previamente o advogado até o final da decisão. Os conselhos seccionais da OAB também poderão criar câmaras ou turmas para julgar, em grau de recurso, questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

Marisa aponta degeneração social no ambiente escolar

Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou ontem em Plenário preocupação com o que chamou de "degeneração das relações sociais dentro das escolas brasileiras". Segundo afirmou, o fenômeno do *bullying*, as agressões a professores, a formação de gangues e o tráfico de drogas no ambiente escolar demonstram que a escola tem se transformado em "um lugar que concentra as mazelas sociais do país".

Lembrando a tragédia ocorrida na semana passada em uma escola pública no Rio de Janeiro, a senadora observou que o fato pode ter origem em "várias doenças urbanas".

– Mas não podemos perder a esperança, temos de estar alerta para situações como essas. Não podemos aceitar que nossa sociedade produza monstros – afirmou.

Marisa Serrano também criticou a apresentação, nos últimos dias, de diversas propostas focadas no endurecimento das leis. Segundo a senadora, criar leis midiáticas, implantar normas mais rígidas, aumentar esquemas repressivos e voltar à questão do desarmamento são medidas paliativas.

Sarney reafirma defesa de plebiscito sobre armas

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a dizer ontem que um plebiscito sobre a proibição do comércio de armas e munições é necessário porque "o Brasil vive um momento diferente". A proposta de Sarney conta com a adesão de alguns líderes partidários e começou a tramitar na terça na CCJ.

– O que é preciso que se fixe é que nós estamos vivendo uma situação diferente do referendo passado e precisamos de um plebiscito para que o povo nos autorize e o Brasil não possa viver mais com uma política de venda livre de armas – disse Sarney, referindo-se ao referendo realizado de 2005, em que a maioria da população rejeitou a proibição da venda de armas e munições.

Sarney disse que consultou a área jurídica do Senado antes de apresentar a proposta e foi aconselhado a propor a realização de um plebiscito antes da formulação de nova lei sobre o tema. Se fosse realizado um referendo, como em 2005, a lei teria que ser aprovada e sancionada, mas só valeria após a concordância da população. Com o plebiscito, a lei seria editada depois da consulta, se a população concordar.

Aprovadas novas varas de Trabalho para o Ceará

A CCJ aprovou ontem o PLC 3/11, que cria 12 cargos de juiz do Trabalho e seis varas do Trabalho no Ceará, todos vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Das seis novas varas, quatro irão funcionar em Fortaleza, uma em Maracanaú, principal cidade industrial do estado, e uma em Canindé, no sertão central cearense.

Ao discutir o projeto, o senador José Pimentel (PT-CE) elogiou o parecer de Inácio Arruda e observou que já há recursos previstos no Orçamento de 2011 para cobrir as despesas decorrentes desse projeto. Ressaltou ainda que o TRT da 7ª Região é o único do Nordeste a manter sua estrutura original.

Juizes federais pedem proteção contra criminosos

A ameaça de que são vítimas juizes federais e suas famílias em decorrência de suas decisões contra o crime organizado foi tema de audiência pública ontem na CCJ. O presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, pediu atenção dos senadores ao PLC 3/10, pronto para ser votado em Plenário, que trata de algumas das principais reivindicações da magistratura federal.

A proposta cria um colegiado de juizes para decidir questões referentes a delitos praticados por organizações criminosas. Hoje essas decisões são dadas pelos juizes individualmente, o que os torna vulneráveis a retaliações criminosas. A proposição também autoriza os tribunais a reforçarem a segurança dos prédios da Justiça, com controle de acesso, instalação de câmeras de vigilância e de detectores de metais.

Outra medida prevista altera o Estatuto do Desarmamento para autorizar o porte de arma de fogo aos agentes de segurança do Poder Judiciário e do Ministério Público. Com isso, servidores do Judiciário poderiam fazer a segurança dos juizes, que atualmente precisam pedir o apoio da Polícia Federal.



Juizes federais, em audiência pública na CCJ: PLC 3/10 contempla reivindicações da magistratura

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Eunício Oliveira • Inácio Arruda • Wilson Santiago • Vital do Rêgo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Lia de Paula/Senado Federal



Blairo Maggi, que criou a Agecopa, entre Agripino Bonilha e Yênes Magalhães

Cuiabá promete ser exemplo de competência na Copa de 2014

Uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, Cuiabá está seguindo de maneira satisfatória o cronograma das obras e é o município cujos preparativos estão mais bem organizados. Essas garantias foram dadas ontem por dois representantes da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – Fifa 2014 (Agecopa), órgão independente criado pelo governo mato-grossense. Eles também acreditam que a cidade será exemplo de competência e modernidade como sede da Copa.

Essa foi a primeira de uma série de audiências públicas que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 programou com representantes de todas as 12 sedes do evento. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão

de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente da subcomissão, senador Blairo Maggi (PR-MT), explicou que o objetivo do colegiado é ajudar e facilitar o intercâmbio desses municípios e seus respectivos estados com o governo federal, com os órgãos públicos de financiamento e com os tribunais de conta para que o Brasil chegue em 2014 preparado para realizar um bom evento.

Maggi foi o idealizador da Agecopa, quando era governador de Mato Grosso, e explicou que seu objetivo foi criar uma entidade independente para

evitar que questões da política partidária prejudicassem os preparativos.

O diretor presidente da Agecopa, Yênes Jesus de Magalhães, informou que Mato Grosso foi o único estado a criar um órgão como a Agecopa – iniciativa elogiada pela própria Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) –, mas vários outros estados já planejam copiar o modelo, disse Yênes.

Segundo explicou, a Agecopa conta com 28 programas diferentes gerenciados por seis diretores, envolvendo a construção da Arena Pantanal (o estádio), três centros de treinamento,

fun parks (pontos de encontro e lazer para os torcedores) e obras de mobilidade urbana. Serão mais de R\$ 781 milhões de investimentos apenas em 2011. A reforma do aeroporto ficará por

conta do governo federal.

Já o diretor de Articulação Interinstitucional da Agecopa, Agripino Bonilha Filho, disse que a entidade está tendo sucesso em integrar os interesses e atividades do governo estadual e da prefeitura.

– Essa forma de organizar os projetos para a Copa permitiu essa integração e a harmonia dos trabalhos – disse Bonilha.

Ele também garantiu que a Copa deixará para o estado legados nas áreas de educação, saúde e segurança pública.

Além de Maggi, os senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Jayme Campos (DEM-MT) participaram da audiência pública.

Cuiabá e Mato Grosso investirão mais de R\$ 781 milhões nas obras para a Copa do Mundo de 2014

Presidente corintiano justifica, em audiência, contrato isolado de transmissão com uma rede de TV, enquanto dirigente são-paulino sustenta que negociação coletiva fortalece os clubes

São Paulo defende contrato coletivo, Corinthians discorda

O CASO DA Espanha, onde o campeonato de futebol é quase sempre vencido pelo Barcelona ou pelo Real Madrid, foi citado ontem pelo representante do São Paulo Futebol Clube, José Francisco Cimino Manssur, como exemplo de risco a que o futebol brasileiro se expõe com as negociações isoladas dos direitos de transmissão de jogos.

Para Manssur, a negociação coletiva fortaleceu os clubes do país e hoje há de dez a 12 equipes em condições de ganhar o campeonato brasileiro, situação diferente da Espanha, onde a taça fica quase sempre com o Barcelona ou o Real Madrid.

Manssur e o presidente do Sport Club Corinthians Paulista, Andrés Sanchez, participaram de audiência pública sobre o tema na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Pouco antes, Sanchez havia feito um histórico das divergências que resultaram na saída do Corinthians do Clube dos 13, que vinha representando as principais agremiações nas negociações dos direitos de transmissão. Ele disse que deseja o maior valor possível para o Corinthians, que, sendo um time de massa, “tem melhores chances” na negociação individual.

Sanchez afirmou que o Corinthians fechou há 45 dias um contrato com a Globo e a Globosat, cujo valor ele não revelou, mas que considerou “o melhor da história do futebol brasileiro”.

Manssur, que integra a diretoria do Clube dos 13, explicou

que em 1997 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) começou a investigar possível lesão ao direito de concorrência na negociação feita pelo grupo.

Dois fatos, segundo o dirigente são-paulino, embasavam o processo: o direito de preferência pelo qual a Rede Globo poderia cobrir eventual proposta de outra emissora interessada na transmissão dos jogos e a negociação em bloco das mídias.

Em 2010, segundo Manssur, a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, deu parecer no processo afirmando que esses dois pontos feriam o direito concorrencial, o que levou o Clube dos 13 a assinar termo de cessação de conduta com o Cade.

Concorrência

O representante do São Paulo disse que estudo de especialista contratado pelo Clube dos 13 levantou a experiência de vários países e permitiu à entidade quantificar o valor do “produto chamado futebol brasileiro”, para negociar os direitos de transmissão por meio de concorrência.

Manssur explicou que, a partir daí, houve um movimento de clubes que discordaram dos critérios da concorrência e passaram a realizar negociações individuais. Segundo Manssur, porém, o São Paulo entende que a negociação coletiva ainda é a melhor opção.

Dúvidas sobre o benefício das obras do Mundial

A aplicação de recursos públicos e a posterior utilização dos estádios e outras obras de infraestrutura que o Brasil vai construir para sediar a Copa de 2014 foram debatidas ontem na CE. Na opinião da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que requereu o debate, o país precisa aproveitar o evento para deixar um legado que fortaleça o futebol do país.

Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu a criação de comissão especial para acompanhar os investimentos públicos na Copa. Ela lembrou que serão aplicados bilhões de reais, que poderiam ser usados em infraestrutura urbana.

Magno Malta (PR-ES) também acha que os recursos seriam mais bem utilizados em moradias e redes de esgoto. Os governantes, disse, terão de encontrar formas de usar os estádios após a Copa e sugeriu empregar o esporte como instrumento de redução da violência no país.

Como recursos públicos serão aplicados na construção dos estádios, Marisa Serrano (PSDB-MS) crê que o Congresso deve acompanhar todos os processos e que a sociedade deve interferir e apresentar propostas para o uso eficaz.



Requião, entre Andrés Sanchez, presidente do Corinthians (E), e Manssur, representante do São Paulo, dirige audiência na CE

Wellington Dias destaca obra do PAC no Piauí



Wellington Dias

Wellington Dias (PT-PI) relatou visita que fez a várias obras no interior do Piauí, como a Barragem Poço de Marruás, iniciada em seu governo, em 2003, e concluída no ano passado, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Marruás é o segundo maior reservatório do Piauí, com 293 milhões de metros cúbicos de capacidade. O poço, informou, fica ao lado da ferrovia Transnordestina, “um gigantesco canteiro de obras” que deve ser finalizado em 2012.

Amorim apoia potencial turístico de Sergipe



Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) salientou o potencial turístico de seu estado e informou que o tema será um dos focos da Subcomissão Permanente do Nordeste, da qual é vice-presidente. Os investimentos na área podem garantir a geração de milhares de empregos diretos e indiretos.

Além da valorização de festas populares, ele defendeu a duplicação de estradas, o investimento no polo hoteleiro, a reforma do aeroporto de Aracaju e a construção de novo centro de convenções.

Marinor: dificuldade para visitar Belo Monte



Marinor Brito

Marinor Brito (PSOL-PA) denunciou a existência de boicote organizado contra diligência de senadores da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que visitaria as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte neste sábado.

Eles pretendiam ouvir as populações indígenas locais e estudiosos que foram ignorados pelo governo.

Os senadores não puderam utilizar um avião da Força Aérea Brasileira e parlamentares da base governista desistiram de fazer a viagem, afirmou Marinor.

Acre luta contra preço da energia, diz Petecão



Sérgio Petecão

Sérgio Petecão (PMN-AC) ressaltou que movimento popular suprapartidário reuniu milhares de pessoas para colher assinaturas em protesto contra o preço da energia elétrica no Acre, um dos mais altos do

Brasil. No estado, onde 50% da população vive do Bolsa Família, disse, os tributos e encargos correspondem a 40% do valor da conta de energia, enquanto em Sergipe correspondem a 17% e, no Piauí, a 25%.

Suplicy quer criar o Dia Nacional de Doenças Raras

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que vai apresentar projeto de lei para instituir o Dia Nacional de Doenças Raras, que afetam as vidas de quase 13 milhões de brasileiros, cerca de 6% da população. A data, que já é lembrada em outros países, seria no último dia de fevereiro – 28 ou 29 – porque “fevereiro é um mês raro”, e isso ajudaria a lembrar a data.

O projeto foi sugerido ao senador pela professora Adriana Dias, do Instituto Baresi, que trabalha pela causa das doenças raras no Brasil.

– A baixa incidência das doenças raras no Brasil, em comparação a outros países, leva à suspeita de que muitos casos simplesmente não são diagnosticados, em especial em regiões historicamente não incluídas, como o Norte e o Nordeste – avalia o senador.



Suplicy teme que muitas doenças raras no país sejam subdiagnosticadas

Paim alerta sociedade para lesões na coluna

Paulo Paim (PT-RS) disse ter feito palestra na Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul, onde conheceu projeto que pretende sensibilizar a sociedade, por meio de jogos eletrônicos, sobre os altos índices de acidentes de trânsito – um dos principais causadores de lesões na coluna.

Segundo ele, o projeto, voltado a adolescentes de 12 a 16 anos, vem avançando na divulgação e na produção de jogos educativos na internet para construir “uma política de paz, uma sociedade harmoniosa e de solidariedade”. O tema deve ser discutido na Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por Paim.

– Vamos aprofundar o debate sobre a importância desses chamados jogos na internet, que dão uma luz para nós todos que buscamos caminhos para combater a violência em todos os lugares.



Segundo Paim, videogames são usados para sensibilizar adolescentes



Se não houver recurso, projeto de Maria do Carmo Alves (D) irá direto para a Câmara

Motéis podem ser obrigados a fornecer preservativo

Proposta aprovada pela CAS inclui hotéis, pousadas e pensões, e determina ainda aos estabelecimentos a distribuição de folhetos sobre doenças sexualmente transmissíveis

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que obriga motéis, hotéis, pousadas e pensões a fornecer gratuitamente preservativos e folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.

A proposta (PLS 270/07) original, apresentada pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), tratava apenas dos motéis, mas emenda do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) incluiu hotéis e estabelecimentos similares.

Como foi aprovada em caráter terminativo, a matéria se-

guirá logo para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Com três artigos, o texto original exigia que os motéis oferecessem no mínimo um preservativo por casal, que poderia optar por um modelo masculino ou feminino. A determinação valeria inclusive para os motéis *drive-in*.

No parecer sobre a proposta, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a adoção da medida, lembrando que vários estados já obrigam os motéis a fornecer preserva-

tivos. O senador destaca que dados recentes do Ministério da Saúde indicam tendência de aumento de doenças sexualmente transmissíveis no país, e particularmente da Aids, ainda que em número muito inferior à progressão geométrica observada nas décadas de 1980 e 1990. Ele lembra que em 2009 o governo contabilizou mais de 38 mil casos de portadores do vírus HIV.

Lindbergh Farias explicou que sua emenda atende a solicitação do Ministério da Fazenda, que, segundo disse, também apoia a proposta.

Segurança e higiene para trabalhadores rurais

Vai à Câmara dos Deputados projeto apresentado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que visa garantir as condições de segurança e higiene dos trabalhadores rurais. A proposta (PLS 427/07) foi aprovada ontem em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto modifica a Lei 5.889/73, estabelecendo a exigência do uso do equipamento de proteção individual para evitar ou diminuir os acidentes de trabalho.

Dependendo do número de trabalhadores a serviço do empregador, o projeto determina a formação do Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (Cipatr). A proposta proíbe a dispensa arbitrária dos titulares da representação dos empregados na Cipatr.

Lúcia Vânia disse que uma das principais razões para essas medidas “são os abusos

de toda sorte que são cometidos contra os trabalhadores rurais”.

O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), ressaltou que o projeto insere em lei ordinária exigências já inscritas em normas do Ministério do Trabalho e Emprego. Além de evitar a insegurança jurídica dessas normas, a lei ordinária tem poder coercitivo e reconhecimento legal maiores, afirma o relator, embora avalie que essa “elevação hierárquica” não garante o fim dos abusos no campo.

Previdência poderá pagar benefício diretamente

Projeto determinando que a Previdência Social pague o salário-maternidade diretamente a empregados de empresas com até dez funcionários foi aprovado ontem na CAS, em decisão terminativa. A relatora foi Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e, se não houver recurso para análise em Plenário, o PLS 31/10 segue para a Câmara.

Segundo o ex-senador Antonio Carlos Júnior, autor da proposta, o sistema atual – em que o pagamento do benefício é feito pelo empregador e ele é compensado depois, por meio de desconto nas contribuições devidas à Previdência – cria problemas para micro e pequenas empresas. “Nas grandes empresas, os encargos previdenciários, via de regra, permitem a compensação quase imediata. Já as micro e pequenas podem levar meses para conseguir essa compensação, criando um encargo social indireto que pode até inviabilizar o empreendimento”, argumenta.

O sistema atual, segundo ele, prejudica a contratação de mulheres jovens devido ao receio do empregador com eventual gravidez.

Mais recursos para a habilitação profissional

Ações destinadas a promover a habilitação ou reabilitação profissional de trabalhadores que adquiriram qualquer incapacidade e de pessoas com deficiências podem passar a contar com novos recursos. As receitas devem vir das multas cobradas de empresas que descumprem a exigência legal de contratar trabalhadores oriundos desses dois grupos, como previsto em projeto (PLS 37/08) aprovada ontem pela CAS em decisão terminativa.

Trabalhadores nessas condições são protegidos pela Lei 8.213/91, que trata dos benefícios da Previdência Social. De acordo com a norma, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seu pessoal com reabilitados ou portadores de deficiência habilitados. Se um profissional com essas características for dispensado, a empresa deve contratar substituto nas mesmas condições antes de efetuar a demissão.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), apoiou a ideia de transferir o valor das multas ao Ministério da Saúde, que ficará responsável pela aplicação dos recursos.

CAS aprova adoção de dieta saudável nas escolas

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais ontem estabelece diretrizes para uma alimentação saudável nas redes pública e privada de educação. Além de restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, açúcar e sal aos estudantes, as escolas devem incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras.

Apresentado na legislatura passada pelo ex-senador Sérgio Zambiasi, o PLS 225/10 praticamente transpõe o conteúdo da Portaria Interministerial 1.010/06, editada pelos ministérios da Saúde e da Educação. Para a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), é importante conferir força de lei ao tema. Por serem atos administrativos, as portarias só possuem natureza impositiva quando editadas para regulamentar lei ou decreto.

A palavra final sobre o projeto será da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Depois, a matéria precisará passar pela Câmara dos Deputados para virar lei.

Assim como o autor da proposta, Lúcia Vânia argumenta que a escola tem a missão de promover a saúde e contribuir para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Nas últimas décadas, observou a parlamentar, a obesidade e as doenças crônicas associadas vêm aumentando de forma acentuada em todo o mundo, atingindo cada vez mais os jovens, inclusive no Brasil.

A estratégia para introduzir alimentos benéficos à saúde no cardápio escolar deverá se valer, entre outros, dos seguintes procedimentos: preservação de hábitos alimentares regionais e nacionais; estímulo às hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos colhidos na própria escola; incentivo a boas práticas de manipulação e preparo dos alimentos no ambiente escolar; e ainda a restrição à preparação e à venda de produtos com alto teor de gorduras e açúcares.

Em maio, ministros debatem projetos com os senadores

Está prevista para 4 de maio audiência pública na CAS com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. A reunião foi solicitada pelo senador Eduardo Amorim (PSC-SE). No dia 18 de maio, essa mesma comissão realiza outro debate, dessa vez com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, por sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS). As reuniões pretendem discutir as diretrizes e os programas prioritários de cada pasta.

Além disso, a CAS deverá realizar debate sobre o PLS 222/09, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que insere no rótulo dos enxagüatórios bucais que contenham álcool, advertência sobre os possíveis riscos associados ao uso do produto.